

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.008 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 2000



Ente os deputados Ubiratan Aguiar, Heráclito Fortes e Jacques Wagner e o senador Nabor Júnior, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, abre os trabalhos da convocação extraordinária, que se estenderá até 14 de fevereiro

ACM abre convocação e defende o fortalecimento do Congresso

Senador diz que Parlamento forte é pressuposto da democracia e afirma que votar a emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias é uma obrigação e um consenso entre os congressistas

O senador Antonio Carlos Magalhães defendeu ontem, durante a sessão solene de abertura do período de convocação extraordinária, o fortalecimento do Congresso Nacional como pressuposto para o bom funcionamento da democracia. Aplaudido pelo plenário, no Senado, onde se realizou a solenidade, ele relacionou como

prioritárias para votação, entre as 33 matérias relacionadas para a convocação, o Orçamento da União, a emenda constitucional regulamentando a edição das medidas provisórias, a lei de responsabilidade fiscal, a emenda de combate à pobreza e a lei de responsabilidade da magistratura.

CONVOCAÇÃO 2000
39 dias
será a duração da convocação extraordinária
33 matérias
serão discutidas pelo Senado e pela Câmara
14 de fevereiro
é o último dia da convocação

“Não votar MPs é burla”, diz senador

“Nós pedimos e o presidente colocou na pauta da convocação. Se não for votada, é uma burla”, afirmou o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, ao comentar a hipótese de a emenda constitucional sobre as MPs não ser apreciada durante o período de convocação extraordinária.



Senadores e deputados participam da sessão de instalação dos trabalhos extraordinários, que se realizou no plenário do Senado. As primeiras votações estão marcadas para a próxima semana

ACM: "Democracia só funciona com Congresso forte"

Ao instalar os trabalhos de convocação extraordinária, Antonio Carlos Magalhães destacou o Orçamento para 2000 e as restrições ao uso de medidas provisórias entre as principais medidas que serão apreciadas no período

Ao encerrar ontem a sessão solene de instalação dos trabalhos da convocação extraordinária, que se estenderão até o dia 14 de fevereiro, o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou que senadores e deputados demonstrarão mais uma vez para o país que "a democracia só funciona com um Congresso forte". Ele acrescentou que assim o Legislativo continuará atuando.

Sob aplausos do plenário, Antonio Carlos afirmou ser indispensável que, além das matérias listadas para serem votadas até 14 de fevereiro, sobretudo as exigidas pelo princípio da anualidade, o Congresso vote o Orçamento Geral da União para 2000 e a proposta de emenda constitucional que reduz o poder do chefe do Executivo de editar medidas provisórias.

— Nós teremos a obrigação de votar a limitação das medidas provisórias. Isto é uma vontade e é o consenso dos senhores congressistas, que desejam Câmara e Senado cada vez mais fortes para, inclusive, defender os próprios in-



Antonio Carlos (C) informou que as sessões deliberativas serão realizadas a partir do próximo dia 11

teresses do país — afirmou.

Antonio Carlos esclareceu que a data de início dos trabalhos da sessão extraordinária foi escolhida em virtude da reedição de medidas provisórias no último dia 31 de dezembro e da exigência constitucional de respeitar-se o princípio da anualidade das leis

tributárias. Também informou que as sessões serão realizadas a partir do próximo dia 10, sendo que a primeira sessão deliberativa será realizada dia 11.

Ao agradecer o comparecimento dos parlamentares, ele frisou que a convocação feita pelo presidente da República levou em con-

ta matérias urgentes que precisam ser votadas. Dentre elas, disse o senador, o presidente "achou por bem incluir, a pedido dos presidentes da Câmara e do Senado, a proposta que limita a edição de medidas provisórias".

■ Leia mais sobre medidas provisórias na página 4

Comissão poderá trabalhar durante a convocação extraordinária

O presidente da Comissão Representativa do Congresso Nacional, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), explicou ontem que a comissão poderá funcionar durante o período de convocação extraordinária para tratar de assuntos que não estejam na pauta do Congresso Nacional.

— No período de convocação, o Senado e a Câmara só podem apreciar as matérias que estejam em pauta — explicou Melo.

O senador informou que não existe nenhum assunto previsto para a comissão durante o período de recesso parlamentar.

Segundo Geraldo Melo, a comissão normalmente é acionada para votar autorizações para viagens do presidente da República, projetos prevendo a liberação de créditos especiais em caráter de urgência e projetos destinados a prorrogar acordos internacionais com data certa.

No recesso de julho último a Comissão Representativa ouviu o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, sobre a pane no sistema de telefonia interurbana.



Melo explicou que cabe à comissão analisar as matérias não incluídas na pauta da convocação

Senador ressalta trabalho realizado no ano passado

"Nós sabemos que temos feito um trabalho árduo, nem sempre compreendido, sobretudo pela mídia, mas o fato é que Câmara e Senado, no ano passado, trabalharam intensamente." A afirmação foi feita pelo presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, ao abrir os trabalhos do período de convocação extraordinária. A convocação foi feita pelo

presidente da República e está prevista para encerrar-se no dia 14 de fevereiro.

A sessão solene contou com a presença, na Mesa Diretora do Congresso, além do presidente Antonio Carlos Magalhães, dos deputados Heráclito Fortes (primeiro-vice-presidente da Câmara), Ubiratan Aguiar (primeiro-secretário da Câmara) e Jacques Wagner (terceiro-se-

cretário da Câmara) e do senador Nabor Júnior (terceiro-secretário do Senado).

Depois de Ubiratan Aguiar ler a mensagem presidencial e a lista de matérias que deverão ser votadas nesse período, Antonio Carlos Magalhães ressaltou que foi o presidente da República que, "por iniciativa própria, achou por bem convocar o Congresso Nacional".

Sobre os trabalhos que se iniciam, o presidente do Senado afirmou que os integrantes da Câmara e do Senado trabalharão com "a seriedade de sempre e com a eficiência já comprovada".

Ele também agradeceu o mago comparecimento de deputados e senadores à abertura dos trabalhos da sessão legislativa extraordinária.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Marcos Magalhães
Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso examina 33 projetos na convocação

Pauta do período extraordinário de votações do Congresso Nacional inclui emendas constitucionais, medidas provisórias e projetos de lei, como a contribuição previdenciária dos servidores inativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal

Durante os 39 dias da convocação extraordinária iniciada ontem, o Senado e a Câmara irão debater e votar 33 matérias, entre propostas de emendas constitucionais, medidas provisórias e projetos de lei, com destaque para o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei Orçamentária para 2000 e as emendas propostas pela Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza.

A pauta de convocação do Congresso, que irá até o dia 14 de fevereiro, inclui também outras matérias consideradas relevantes, como a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos, as reformas tributárias e do Judiciário, a mudança na edição de medidas provisórias, os limites para remuneração dos servidores públicos – o chamado subteto – e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A ampliação dos poderes de investigação das comissões parlamentares de inquérito, sugerida pelo senador Paulo Souto (PFL – BA), que foi o relator da CPI do Judiciário, também será outra matéria apreciada no período de convocação. Consta da pauta ainda, a proposta que limita os gastos públicos com os legislativos municipais e a que introduz modificações no sistema de precatórios judiciais.

Essas duas propostas de emenda constitucional serão debatidas pelo Senado, que deverá apreciar também o projeto de lei que instituiu o Fundo de Universalização das Telecomunicações.

O projeto que proíbe a venda de armas de fogo e de munição em todo país, o que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público está-

vel e o que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional também deverão ser votados pelo Congresso.

AGÊNCIAS

Constam da pauta de convocação, ainda, a emenda constitucional que incluiu a moradia nos direitos sociais e a que estabelece novos prazos para prescrição de ações trabalhistas. O projeto que reorganiza o Sistema Nacional de Correios e o que cria a Agência Nacional de Transportes e a Agência Nacional de Águas (ANA) também fazem parte da pauta de convocação extraordinária do Congresso.

Outro projeto incluído na pauta é o que garante a recondução dos procuradores-gerais do Trabalho e da Justiça Militar aos respectivos cargos sem limitação de número de



Projeto que trata do sigilo das operações de instituições financeiras consta da pauta de votações da convocação extraordinária

mandatos. O projeto que trata do sigilo das operações de instituições financeiras e o que dispõe sob as normas gerais para instituição de

regime de presidência complementar pela União, estados, Distrito Federal e municípios também deverão ser votados.

PAUTA DO SENADO PARA A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Período: 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
PEC 15/98	Limita os gastos com os Legislativos Municipais	Ainda sem relator designado	Aprovado substitutivo na Câmara, em tramitação na CCJ
PEC 67/99	Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Relatório pela aprovação na CCJ; matéria sobrestada na última reunião
PEC 90/99	Reformula o sistema de pagamento de precatórios	Ainda sem relator designado	Aguarda parecer na CCJ
PEC 92/99	Dá competência ao STF para julgar juízes e integrantes de tribunais regionais federais (TRFs)	Ainda sem relator designado	Aguarda parecer na CCJ
PEC 96/99	Cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira	Ainda sem relator designado	Aguarda parecer na CCJ
PLS 614/99	Proíbe a venda de armas de fogo e munição	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE; aguarda relator na CCJ	Aguarda parecer na CRE para ser votada em decisão terminativa na CCJ
PLS 687/99	Define crimes de responsabilidade dos magistrados	Ainda sem relator designado	Decisão terminativa na CCJ
PLC 43/99	Disciplina a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho	Romeu Tuma (PSDB-RR)	Aguarda parecer na CCJ
PLC 49/99	Dispõe sobre capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação	Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na CE, enquanto aguarda relator na CCJ	Aguarda pareceres na CE e na CCJ
PLC 57/99	Disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aguarda parecer na CCJ
PLC 60/99	Cria o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Aprovado na CAE, aguarda votação em plenário
PLC 63/99	Permite que Estados inadimplentes recebam recursos para programas de merenda escolar e de distribuição de livros didáticos e leite	Ainda sem relator designado	Aguarda parecer na CAE
PLC (PLP 8/99)	Dispõe sobre as relações entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com suas autarquias, fundações e outras entidades públicas e de previdência complementar	Ainda sem relator designado	Mesa do Senado Federal

PAUTA DO SENADO PARA A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Período: 5 de janeiro a 14 de fevereiro de 2000

Número	Assunto	Autor
PEC 96/92	Altera 17 artigos da Constituição referentes à estrutura do Poder Judiciário (Reforma do Judiciário)	Deputado Hélio Bicudo
PEC 175/95	Extingue o IPI e cria o IVA (Reforma Tributária)	Poder Executivo
PEC 203/95	Possibilita que entidades sem fins lucrativos participem do capital social de empresa jornalística de radiodifusão	Deputado Laprovita Vieira
PEC 472/97	Regulamenta a edição de medidas provisórias	Senador Esperidião Amin
PEC 601/98	Inclui a moradia entre os direitos sociais	Senador Mauro Miranda (PMDB-GO)
PEC 7/99	Iguala o trabalhador rural ao urbano quanto ao prazo de cinco anos para impetrar ações trabalhistas	Senador Osmar Dias (PSDB-PR)
PEC 85/99	Deixa desvinculados de qualquer órgão, fundo ou despesa 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais	Poder Executivo
PEC 136/99	Institui a contribuição dos servidores públicos inativos	Poder Executivo
PEC 137/99	Estabelece limite para remuneração dos servidores públicos dos três Poderes e do Ministério Público (Subteto)	Poder Executivo
PLP 220/98	Trata do sigilo das operações de instituições financeiras	Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)
PLP 9/99	Dá normas para a instituição de regime de previdência complementar pelo poder público	Poder Executivo
PLP 18/99	Institui a lei de responsabilidade fiscal	Poder Executivo
PLP 23/99	Consolida a legislação federal	Poder Executivo
PLP 78/99	Possibilita a recondução ao cargo, sem limitação de mandatos, dos procuradores-gerais do Trabalho e da Justiça Militar	Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
PL 621/99	Tipifica novos crimes de responsabilidade fiscal	Poder Executivo
PL 1.073/99	Proíbe a venda de armas de fogo e munição	Poder Executivo
PL 1.491/99	Cria a Agência Nacional de Serviços de Correios e dá nova estrutura à ECT	Poder Executivo
PL 1.615/99	Cria a Agência Nacional de Transportes	Poder Executivo
PL 1.617/99	Cria a Agência Nacional de Águas	Poder Executivo

Observação: os itens destacados tiveram origem no Senado Federal.

Presidente do Senado defende votação da emenda das MPs

Para ele, não definir durante o período de convocação as novas regras para a edição de medidas provisórias seria “uma burla”

Após presidir a sessão de instalação do período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, na tarde de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, voltou a defender a votação da proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias.

— Nós (*Antonio Carlos e o deputado Michel Temer, presidente da Câmara*) pedimos e o presidente colocou na pauta da convocação; se não for votada, é uma burla — afirmou.

O senador lembrou que o Congresso hoje está mais “benevolente” do que defendia o presidente Fernando Henrique Cardoso à época em que era senador. Em artigos, observou Antonio Carlos, o então senador Fernando Henrique não admitia as medidas provisórias. “Hoje, somos mais benevolentes e admitimos a medida provisória em alguns casos”, acrescentou.

Antonio Carlos reconheceu que as lideranças partidárias poderão chegar a um entendimento que venha a mudar o projeto aprovado pelo Senado para disciplinar a edição de medidas provisórias. “Eles podem mudar, mas minha posição como senador continua inalterada”, enfatizou. O senador contestou, por outro lado, que essa atitude possa ser vista como de confronto com o Executivo.

— Eu defender o Legislativo e ele querer mais prerrogativas para o Executivo, porque ele não é mais do Legislativo, isso é uma coisa natural — comentou.

O presidente do Senado voltou a alinhar alguns projetos que considera



ACM também ressaltou a necessidade de elevar os “aviltantes” níveis salariais existentes no país

prioritários para votação durante a convocação extraordinária e que deverão entrar nos entendimentos que ele pretende manter com o presidente da Câmara, Michel Temer, em torno de uma agenda de matérias preferenciais: Orçamento da União para 2000, Plano Plurianual (PPA), lei de responsabilidade fiscal, emenda das MPs, emenda de combate à pobreza e lei de responsabilidade da magistratura.

Com relação ao Orçamento, o senador defendeu que dentro de “um ou dois anos possamos trabalhar com um Orçamento determinativo e não apenas autorizativo”. No entender de Antonio Carlos, o Orçamento autorizativo, tal como é hoje, “é uma ficção e o Orçamento precisa ser melhor feito, é preciso reconhecer isso”.

A questão salarial, finalmente, deverá ser um dos grandes temas políticos deste ano, previu o senador. Ele

considera “o atual nível salarial aviltante” e acredita que o presidente da República também deve ter sentimento parecido.

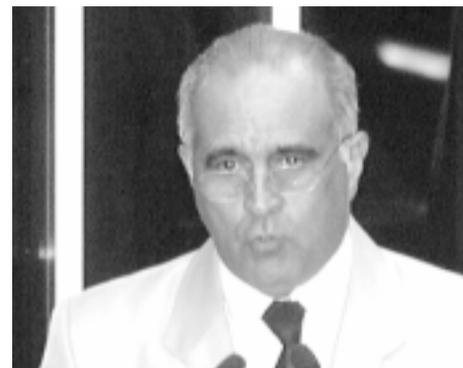
Antonio Carlos acha que “em maio o presidente deverá tomar alguma iniciativa para mudar isso”.

MAU GOSTO
A recente manifestação do deputado Jair Bolsona-

ro, pregando “o fuzilamento” do presidente da República em função da política econômica desenvolvida pelo governo, recebeu o repúdio do presidente do Senado. A colocação “é de mau gosto”, destacou Antonio Carlos, para quem “não é a primeira vez que o deputado Bolsonaro exagera na linguagem”. Ele entende que a questão deverá ser tratada pelo presidente da Câmara dos Deputados.

— Não me cabe dizer o que fazer, mas, se fosse no Senado, eu saberia — disse Antonio Carlos.

Indagado pelos jornalistas sobre o caso do senador Luiz Estevão, o presidente Antonio Carlos Magalhães disse que o assunto “está tendo o andamento normal, aguardando-se a manifestação da Advocacia do Senado e as decisões do Supremo Tribunal Federal, de modo a não ocorrerem choques nas ações”.



O senador Paulo Souto é o autor da proposta de emenda à Constituição (PEC) incluída na pauta do Senado da convocação extraordinária

Proposta dá ao STF poder para julgar magistrados

A experiência como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades no Poder Judiciário levou o senador Paulo Souto (PFL-BA) a apresentar proposta de emenda constitucional atribuindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) a competência para julgar magistrados no caso de crime de responsabilidade.

A proposta do senador, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), faz parte da pauta do Senado para a convocação extraordinária que se iniciou ontem.

Atualmente, os juízes e desembargadores geralmente são julgados pelas instâncias superiores aos tribunais em que atuam, tanto nos crimes comuns como nos de responsabilidade. A natureza do crime de responsabilidade, ou seja, infrações político-funcionais definidas pela Constituição, justifica, na opinião do senador, que o processo seja analisado pelo Supremo:

— Na ordem constitucional vigente,

os magistrados se encontram em relação de proximidade com os julgadores, o que não contribui, a nosso juízo, para a necessária isenção. Ao contrário, esse quadro colabora na afirmação de tendências corporativistas. Foi o que se pôde sobejamente comprovar no desenrolar dos trabalhos da CPI — justiça o senador.

Para Souto, o STF reúne as características necessárias para processar os juízes de direito. Além disso, o senador acredita que sua proposta pode reforçar a responsabilidade dos magistrados, já que o órgão de cúpula do Judiciário passaria a ter sua competência ampliada na fiscalização dos magistrados:

— Por sua composição, hierarquia, responsabilidade e, especialmente, pelo maior afastamento da jurisdição comum, o Supremo teria melhores condições para julgar os juízes sem dar azo a favorecimentos e preconceitos de qualquer natureza — acrescentou o senador.

Projeto sobre precatórios também será apreciado

Durante a convocação extraordinária, o Senado apreciará proposta de emenda constitucional que aperfeiçoa o instituto dos precatórios. A PEC, de autoria do deputado Luciano Castro (PSDB-RR), já foi aprovada na Câmara dos Deputados e está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde o dia 13 de dezembro passado.

A PEC fixa prazos para pagamento dos precatórios judiciais e possibilita sua conversão em títulos da dívida pública federal, estadual e municipal, com cláusula de juros e preservação do valor real. A proposta autoriza, ainda, o parcelamento da quitação dos débitos dos precatórios emitidos até 31 de dezembro de 1995 em quatro exercícios orçamentários consecutivos.

Na justificativa da PEC, Luciano Castro afirma que essa redação proposta para o artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias

contempla a necessidade de dar ao poder público condições de quitar suas dívidas e livrar-se da iminência da intervenção. Em contrapartida, garante ao credor que, de fato, receberá o que lhe é devido, ainda que em quatro parcelas iguais, mas assegurados os juros e correções que preservem o valor do seu crédito. A proposta prevê que os créditos de natureza alimentícia serão liquidados em 90 dias, contados da intimação judicial, até um limite a ser fixado em lei. “Os valores excedentes, segundo ordem cronológica específica, serão transformados em precatórios especiais que terão preferência sobre os demais.”

Segundo a PEC, cabe ao presidente do tribunal competente requisitar ou determinar o sequestro de recursos financeiros da entidade executada, que sejam suficientes à satisfação do débito, em caso de omissão no orçamento ou preterição ao direito de precedência.

No Senado, houve quase unanimidade

Foi quase por unanimidade — 70 votos a dois — que o Senado decidiu, no último dia 14 de dezembro, limitar o poder presidencial de editar medidas provisórias. Ao final daquela votação, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, celebrou a inexistência de conflitos partidários nesse assunto. “Acho que nessa votação não

houve problemas partidários nem ideológicos. Houve o prestígio, que era indispensável, do Congresso Nacional e, em particular, do Senado”, disse ele.

O texto aprovado na ocasião foi o substitutivo elaborado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que muda o prazo de validade e a forma de votação das MPs, dando-lhes vigência de 60 dias, prorrogáveis por mais 60.

Durante a convocação extraordinária iniciada ontem, o substitutivo deverá ser votado na Câmara.

Na votação realizada em dezem-

bro, Fogaça elogiou a vontade política do presidente do Senado em favor da votação da matéria. Deu ainda testemunho de que, em nenhum momento, o presidente Fernando Henrique Cardoso usou de força política para impedir a votação da proposta. “Estamos dando um pequeno grande passo no aperfeiçoamento democrático brasileiro”, opinou.

Fogaça também afirmou que a PEC não constitui ameaça ao exercício da Presidência da República. “O presidente continuará com seu poder para editar medidas provisórias em casos de relevância e urgência”, sustentou o senador. Hoje, uma medida provisória tem validade de 30 dias, mas o presidente da República reedita mensalmente as MPs, estando algumas em vigor há seis anos.

